

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ: USOS ACRÍTICOS DO GÊNERO

Vivenciamos, no presente contexto, um momento fortemente marcado pela intensificação de debates sobre as questões de gênero as quais vêm ocupando amplos espaços na vida pública. Uma das controvérsias mais recentes diz respeito ao Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Lei 13.005/14, foi sancionada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff. O referido PNE apresenta, de maneira muito geral, o seu objetivo de erradicação de “todas as formas de discriminação”, abarcando as desigualdades: racial, de gênero e de orientação sexual¹. Os fóruns de discussão sobre os planos estaduais e municipais de educação foram bastante acirrados, muito em função da propagação do que os setores religiosos, principalmente, com a anuência de

¹ Por exemplo: o Art. 2º, que destaca as diretrizes do PNE, apresenta em seu item III: “superção das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. O PNE apresenta 20 metas, sendo que o termo “discriminação” aparece dentre as estratégias alocadas em três dessas metas, a saber:

- Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Estratégia 2.4: fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

- Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Estratégia 3.8: estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude; Estratégia 3.13: implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

- Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Estratégia 4.9: fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

representantes políticos conservadores insistiram em denominar, equivocadamente, como “ideologia de gênero”. É importante destacar, neste sentido, o fato de que a democracia e os direitos individuais estão sofrendo contínuos ataques que ferem a promoção da igualdade de direitos, numa sociedade plural e diversificada, como a sociedade brasileira.

Este neoconservadorismo moralizante, traduzido na suposta existência de uma “ideologia de gênero”, constituiu-se em uma das motivações primeiras para a composição de um dossiê sobre “os usos acríticos do gênero”. Nossa intenção era de, a partir da contribuição de diversas autoras e autores, refletir sobre alguns dilemas enfrentados pela crítica feminista na contemporaneidade bem como investigar a maneira como a categoria gênero, em diferentes meios discursivos, vem sendo utilizada para fins conservadores, a partir de um viés binário, redutor, essencialista, tecnicista e acrítico.

Estudiosas/os das questões de gênero e militantes feministas, colocam-se num desafio permanente sobre a categoria gênero, tendo em vista a arena de combate existente contra uma série de resistências culturais e históricas, seja no campo das ciências humanas, em perspectivas que partem da defesa de uma suposta “neutralidade científica”, seja por outra mão tendo a base da teoria feminista, emergente em palcos de atuação e de militância política, que ainda não logrou de todo prescindir de uma forte cobrança em sua luta pela sustentação de um sempre almejado estatuto científico. Eis uma discussão que embora tenha sido frequentemente realizada, ainda está distante de se esgotar.

Compreende-se que, embora “gênero” tenha sido utilizado pela crítica feminista como uma categoria analítica para repensar e problematizar a relação social e política entre os sexos, sua polissemia conceitual e analítica e seu caráter perpetuamente construído indica que a categoria, em si mesma, pode servir a fins críticos e/ou acríticos. Assim sendo podemos utilizar um determinado conceito de gênero tanto para problematizar a relação entre os sexos e os pressupostos essencialistas que lhe são associados quanto para reforçar, de maneira acrítica, a lógica binária. A partir destas reflexões preliminares, propomos a composição de um Dossiê sobre « Usos acríticos do gênero », cujo objetivo é reunir trabalhos que discutam, de um ponto de vista

epistemológico, uma utilização do conceito de gênero desvinculada dos procedimentos de problematização, desconstrução e desnaturalização das relações entre os sexos colocados em marcha pela crítica feminista.

Uma primeira vertente analítica proposta para discussão neste Dossiê refere-se a abordagens que discutam como a apropriação acrítica do conceito de gênero pode mostrar-se contrária aos propósitos de certa crítica feminista, através de uma apropriação institucional da problemática da igualdade entre os sexos de maneira conservadora, moralista e discriminatória por instituições de Ensino, pelos Estados Nacionais, pelas Organizações Internacionais, pela Igreja, entre outras. Neste sentido, acolhemos estudos que investiguem a hipótese de uma banalização e de uma “domesticação do gênero”. Isto significa investigar de que maneira, sob o manto do discurso da igualdade entre os sexos, pode-se utilizar esta categoria analítica para fins imperialistas, colonialistas, moralizadores, entre outros.

Outra vertente de discussão proposta neste Dossiê refere-se às investigações que buscam interrogar criticamente o conceito e os usos do gênero no interior da própria crítica feminista. Partindo-se do pressuposto de que o gênero nos remete frequentemente a oposições teóricas e ideológicas, por que não analisar criticamente certas polêmicas e as armadilhas às quais elas podem nos conduzir? A partir desta perspectiva podem-se analisar, ao longo da história do gênero, os pressupostos essencialistas, universalizantes e a-históricos bem como os obstáculos epistemológicos que nos levam, de maneira inconsciente, a reforçar, de maneira acrítica, o nosso próprio objeto de investigação. Tendo como objeto de análise a própria crítica feminista propomos uma investigação dos temas ocultos, das segregações temáticas informadas pelo sexo, dos pressupostos discursivos, das ideias que são apresentadas como evidências e das concepções universalizantes e homogêneas acerca das normas sociais de gênero.

É sob tal ponto de vista que Cecília Sardenberg, que fornece uma grande contribuição no artigo que abre o presente dossiê, vem desenvolvendo de longa data relevantes contribuições. Em artigo anterior, datado de 2002, a referida autora já observara que

As práticas científicas feministas fundamentam-se, assumidamente, em uma práxis política – em um projeto de transformação das relações de gênero –, ao passo que um dos fundamentos básicos da Ciência Moderna é justamente a necessidade de se impor uma separação entre “fatos” e “valores”. Sem essa separação, ou melhor, só com total “neutralidade” é possível assegurar a objetividade necessária para a busca de “verdades científicas”. Consequentemente, pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma *epistemologia feminista* - de uma *teoria crítica feminista sobre o conhecimento* –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (SARDENBERG, 2002: 91 - grifos nossos).

Cecília Sardenberg dedicou-se à reflexão epistemológica acerca da “ciência feminista”, tendo como ponto de partida a crítica emergente no interior da teoria feminista como uma das pautas principais em sua agenda. A teoria feminista, na concepção de Sardenberg, “destaca-se hoje como uma das análises mais contundentes dos dogmas, práticas e instituições da ciência” (2002: 89).

Em “Gênero e Políticas para Mulheres no Brasil: Reflexões em torno de uma experiência doída”, texto de abertura do presente Dossiê, Sardenberg apresenta mais uma contribuição a partir da experiência acumulada em sua longa trajetória como antropóloga feminista e ativista nos movimentos de mulheres, na universidade, como consultora e no trabalho de formulação e implementação e monitoramento de políticas públicas para mulheres no Brasil. Resulta dessa trajetória a observação crítica de que “nem sempre, as tentativas de tradução de um desses campos de ação feminista para o(s) outro(s) resultam em “uniões felizes” entre teoria e práxis”. Complementando sua argumentação Sardenberg chama atenção para a tradução e ressignificação da teoria feminista, nessa arena de disputas entre “perspectivas distintas e distintos atores sociais e institucionais” que resultam na perda de “sua força original, e os objetivos maiores muitas vezes dão lugar à pequenez”. Relata algumas das experiências “mais tensas e conflituosas” de consultorias de gênero em projetos de desenvolvimento rural na Bahia. Vivências essas que denomina como experiências “doídas”. Assim, a autora elabora sua reflexão “sobre os impasses éticos, práticos, políticos e teórico-metodológicos, dentre outros, confrontados na operacionalização da teoria feminista para aplicação prática em políticas e projetos, com ênfase na conceituação de gênero e empoderamento de mulheres”.

Como sequência, segue-se o artigo “Institutionnalisation et expert-es em genre et developpement. Formations, deformations, decentrement”, de autoria de Christine Verschuur. Neste artigo Verschuur, analisa o processo de institucionalização do campo de estudos “gênero e desenvolvimento” no Institut de Hautes Études Internationales et du Developpement à Geneve (IHEIP), sobretudo a partir da consolidação da perspectiva do “gender mainstreaming”, a qual prevê que a questão do gênero seja integrada, de maneira transversal e sistemática, às políticas e programas governamentais e não governamentais. Neste processo de institucionalização, a autora aborda, de uma perspectiva histórica e crítica, o surgimento e o desenvolvimento dos chamados *expert-es en genre et developpement*, bem como dos cursos de formação que foram sendo concebidos ao longo do tempo, para formar estes *expert-es*, supostamente responsáveis pela definição, execução, acompanhamento e avaliação das políticas de gênero. As discussões propostas pela autora são extremamente úteis para estimular o debate acerca dos limites e possibilidades do campo de conhecimento “gênero e desenvolvimento”, destacando-se, sobretudo, a sua reflexão final: se a criação de *expert-es en genre* seria compatível com métodos feministas de produção de conhecimento do tipo reflexivo, baseados em relações de poder não hierárquicas?

Raimunda Nonata e Francis Boakari, no artigo “É preciso questionar os usos de gênero nas tramas do curso "GPP-Ger?"”, desenvolvem uma discussão sobre a categoria gênero no Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tendo como parâmetro o contexto atual de políticas de formação na área das chamadas “diversidades”, analisam os usos da noção de gênero no referido curso, bem como discutem as implicações na formação docente. Uma das questões centrais que permeiam as discussões propostas neste artigo refere-se à indagação sobre se estes usos da noção de gênero oferecem ou não possibilidades de ruptura com formas substancialistas de conhecer o mundo social.

A reflexão que Rafaela Cyrino desenvolve em seu artigo “Abordagens organizacionais na área da administração: fetichismo de gênero?” tem por objetivo compreender, a partir da análise de artigos acadêmicos supostamente voltados para uma discussão “de gênero”, como a área de administração tem se apropriado deste termo:

com que propósitos e interesses e a partir de que referenciais teóricos e discursivos? A análise realizada pela autora permitiu consolidar a hipótese de que, na produção acadêmica em questão, gênero, em vez de ser uma categoria analítica problematizadora e crítica, torna-se um verdadeiro objeto-fetiche a atestar a universalidade da diferença sexual binária.

Margareth Rago, em “A coragem feminina da verdade: mulheres na Ditadura militar no Brasil”, procura “articular as reflexões foucaultianas sobre a *parresia*, a política e a ética para pensar e dar visibilidade às práticas das militantes feministas na contemporaneidade”. Rago se propõe a compreender as narrativas vivenciais de algumas “feministas históricas” a partir de um viés notadamente libertário, acentuando a dimensão do testemunho contida nestas “escritas de si”. Tais relatos, eivados de “experiências traumáticas, de combate e ruptura”, além de denunciar as violências sofridas pelas mulheres por parte do Estado, de partidos políticos e da Igreja, afirmam outras possibilidades de ser, levando a autora tanto a repensar os conceitos de “política” e de “ética quanto a questionar os modos de subjetivação hegemônicos.

O artigo “A quem pode ser atribuído o status do sujeito do conhecimento? Desafios para o debate teórico-crítico feminista sobre gênero”, de autoria de Maísa Maria Vale e Maria Nazaré Mota de Lima, é uma reflexão sobre a tomada acrítica, pelos estudos feministas contemporâneos a partir da biologia, da categoria “mulheres”. Relevantes indagações são levantadas a partir do questionamento sobre “a quem pode ser atribuído o *status* de sujeito do poder/conhecimento?”. Dessa maneira, tomam como ponto central, para a reflexão proposta, em suas próprias palavras, “a busca por argumentação que legitime a emergência de lésbicas e transgêneros ao poder/conhecimento, sujeitos historicamente, regulados e silenciados por pressupostos do pensamento moderno ocidental”.

Em “Gêneros, performances e trânsitos no conto *Ele me bebeu* de Clarice Lispector”, as autoras Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres e Adélia Miglievich Ribeiro, analisam a escrita de Clarice Lispector como um modo de expressão sobre “sua própria subalternidade e estranheza no mundo”, devido ao seu papel como mulher, escritora, intelectual num Brasil marcadamente patriarcal. A crítica e teórica indiana Gayatri

Spivak, torna-se, para as autoras do referido artigo, inspiração e referência para pensar Clarice como uma escritora que “consegue traduzir mulheres urbanas, brasileiras, cujos desejos, carências e lutas tendem a ser invisibilizadas socialmente”. O conto *Ele me bebeu* (1974) possibilita, em consonância com Gayatri, a reflexão sobre o papel de uma intelectual como Clarice, de lançar-se na “tarefa de qualificar o “ouvido” das audiências à percepção das vozes do sujeito subalterno”.

Há que se considerar, anda, neste dossiê, a contribuição de Raíssa Jeanine Nothhaft, autora da resenha do livro de Anne Fausto-Sterling “Sex/ gender: biology in a social world”. Nesta resenha, a autora aponta e discute temas abordados por Anne-Fausto Sterling, em especial seu questionamento de supostas dualidades como as distinções entre “sexo/gênero”, “inato/ adquirido”, natureza/ cultura”, as quais possuem uma base notadamente convencional. Esta resenha, além de permitir uma reflexão acerca dos parâmetros binários contidos em certa versão da sexualidade humana, discute como estes parâmetros contribuem para um viés tendencioso presente em muitas pesquisas, as quais buscam falsear os resultados com o objetivo de enquadrar os sujeitos dentro de categorias binárias previamente definidas.

ORG. Márcio Ferreira de Souza (INCIS/NEGUEM/UFU)

Rafaela Cyrino (INCIS/NEGUEM/UFU)

Referências

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e Abusos da Categoria de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Y Nosotras latinoamericanas? estudos sobre Gênero e raça*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992, p. 39-44.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: Costa, Ana Alice e Sardenberg, Cecília M. B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002, p. 89-120.